Malha rodoviária de Pernambuco foi contemplada no BR-LEGAL

A malha rodoviária federal no estado de Pernambuco foi contemplada dentro do Programa de Sinalização e Segurança Rodoviária - BR-LEGAL, que tem como objetivo implantar e manter sinalização horizontal, vertical e suspensa, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito.

Em Pernambuco o programa BR-LEGAL começou a ser implantando em 2014 e está consolidado em todas as rodovias que cortam o estado. Um exemplo de via bem sinalizada é a rodovia BR-104/PE, o trecho da divisa com a Paraíba até o município de Pão de Açúcar e o trecho que vai de Caruaru ao município de Panelas, que beneficia diretamente cerca de 660 mil habitantes, moradores das cidades de São Lourenço da Mata, Paudalho, Carpina, Caruaru, Agrestina e Toritama. No trecho, a rodovia recebe cerca de sete mil veículos por dia, mas apenas na zona urbana de Caruaru, trafegam mais de 50 mil veículos por dia.

O BR-Legal foi implantado em 2012 pelo DNIT e conta com investimentos de 3,9 bilhões de reais para o período de cinco anos. Com 104 contratos em andamento, abrange 26 estados da federação e no Distrito Federal.

O BR-LEGAL, Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária, foi desenvolvido para melhorar a segurança nos 55 mil quilômetros de rodovias federais, sob jurisdição do DNIT. Ele está mudando o padrão da sinalização das rodovias, com base em estudos técnicos e projetos específicos elaborados usando as mais modernas técnicas do setor.

Além de implantar e manter sinalização horizontal, vertical e suspensa, o BR-LEGAL introduz dispositivos auxiliares de segurança viária, como pórticos em trechos urbanos, e defensas metálicas em trechos com curvas em toda a malha federal sob a responsabilidade da Autarquia.

No estado de Pernambuco o programa BR-LEGAL começou a ser implantando em 2014 e está consolidado em todas as rodovias que cortam o estado.

A rodovia BR-104/PE, trecho da divisa com a Paraíba até o município de Pão de Açúcar e o trecho que vai de Caruaru ao município de Panelas, é um exemplo de via bem sinalizada no estado. De acordo com a Superintendência Regional de Pernambuco, o trecho beneficia diretamente cerca de 660 mil habitantes, moradores das cidades de São Lourenço da Mata, Paudalho, Carpina, Caruaru, Agrestina e Toritama. No trecho, a rodovia recebe cerca de sete mil veículos por dia, mas apenas na zona urbana de Caruaru, trafegam mais de 50 mil veículos por dia.

O BR-Legal foi implantado em 2012 pelo DNIT e conta com investimentos de 3,9 bilhões de reais para o período de cinco anos. Com 104 contratos em andamento, abrange 26 estados da federação e no Distrito Federal.

Segundo a pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte, CNT, em 2015, o programa conseguiu melhorar, em apenas dois anos, a classificação da sinalização das vias federais. A extensão das rodovias com sinalização classificada como regular, ruim e péssima caiu de 77,1% em 2013 para 55,9% em 2015. A extensão classificada como boa e ótima passou de 22,9% para 44,9 % no mesmo período.

De acordo com a avaliação feita pela CNT, “esse ganho de qualidade da sinalização nas rodovias federais já é capaz de oferecer melhores condições de circulação aos veículos e, consequentemente, contribuir para a maior segurança e produtividade dos usuários das rodovias federais.”

Assessoria de Imprensa/DNIT-DIR-CGPERT

Malha rodoviária no Espírito Santo foi contemplada no programa BR-LEGAL

A malha rodoviária federal no estado do Espírito Santo foi toda contemplada dentro do Programa de Sinalização e Segurança Rodoviária - BR-LEGAL, que tem como objetivo implantar e manter sinalização horizontal, vertical e suspensa, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito. O valor do investimento foi orçado em 51,5 milhões de reais.

Os serviços de sinalização foram iniciados pela rodovia BR-262/ES por conta do seu significativo volume de tráfego, elevado índice de acidentes e sua relevância para a economia do estado e do País.

A BR-262 é uma das rodovias mais importantes do Espirito Santo, possui tráfego intenso, aproximadamente 20.000 veículos por dia, extensos segmentos em travessias urbanas, longos trechos sinuosos, apresentando altos índices de acidentes. A rodovia é a principal ligação da região Sul com a capital do estado, bem como com o estado de Minas Gerais.

Além de ser uma rodovia importante economicamente para o escoamento da produção agrícola local (café, banana e hortifrutigranjeiros), também faz parte do corredor logístico que dá acesso ao Porto de Vitória. A rodovia possui ainda grande importância turística, fato que foi tratado de forma especial dentro do projeto do BR-LEGAL, tanto que ela recebeu grande quantidade de sinalização para contemplar as principais rotas turísticas do estado do Espírito Santo.

A BR-262 corta importantes municípios turísticos no estado, como Domingos Martins, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Afonso Cláudio, Vargem Alta, Castelo, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante. Também permite o acesso a dois Parques: o Parque Nacional do Caparaó e o Parque Estadual do Forno Grande. Portanto, além do fluxo intenso de veículos de carga, há também fluxo intenso de carros de passeio nos fins de semana, períodos de férias e feriados.

O BR-LEGAL na rodovia BR-262/ES já executou 100% de sua sinalização horizontal, total de 196,30 quilômetros. Foram implantados todos os dispositivos de segurança e está sendo finalizada a implantação da nova sinalização vertical. A sinalização está impecável, com materiais novos e de alto padrão de desempenho, como a pintura em alto relevo nos bordos das curvas, películas de alta refletividade, sinalização com películas especiais para os segmentos com ocorrência de neblina e defensas metálicas com amortecedores de impacto e taxas metálicas. É notável a melhoria na segurança para os usuários da rodovia, o que impacta na redução da quantidade dos acidentes e principalmente das suas gravidades.

O Programa BR-LEGAL apresenta soluções de engenharia na sinalização ostensiva, turística e rotineira. Propõe a manutenção estruturada da sinalização rodoviária por um período de cinco anos, definindo padrões mínimos de desempenho e introduz o conceito de performance na execução dos serviços.